

APLICAÇÃO DO MICROCRÉDITO NO DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Alice Pereira Prado¹, Vilma da Silva Santos², Carlos Cezar Mascarenhas³, Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira⁴

¹ Professora do Curso de Administração – Instituto Nacional de Ensino Superior e Pesquisa-INESP – Av. Getúlio Dornelles Vargas, 2156 Pedregulho – 12305-010– Jacareí/SP – v.s.s@itelefonica.com.br

² Professora do Depto. de Economia, Contabilidade e Administração - Universidade de Taubaté – Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro - 12020-040 – Taubaté/SP - vilma70@gmail.com

³ Professor da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FCSA – Universidade do Vale do Paraíba – Av. Shishima Hifumi, 2911 – Urbanova – 12244-000 – São José dos Campos/SP - valkrom@univap.br

⁴ Orientador e Coordenador do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional - MGDR - Universidade de Taubaté – Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro - 12020-040 – Taubaté/SP - edson@unitau.br

Resumo: O processo de globalização, ao centrar-se nos grandes negócios com as megafusões, concentração e economia de escala, tem deixado à margem pequenas atividades produtivas, espaços importantes para os micros e pequenos empreendimentos formal ou informal. É nesse espaço que o crédito popular pode agir com seu efeito multiplicador, possibilitando a integração desses negócios ao processo de desenvolvimento econômico. Nesse contexto, analisou-se a importância do microcrédito para os pequenos empreendedores para fortalecer os negócios. Realizou-se pesquisa bibliográfica exploratória. Concluindo que o microcrédito ao ser disponibilizado sem comprovação de renda, é um importante mecanismo propiciador da viabilidade de recursos aos negócios do setor formal e informal, ou seja, é uma alternativa financeira que promove a inclusão no sistema financeiro tradicional do pequeno empreendedor proporcionando melhorias na estrutura financeira e estrutural do negócio, gerando emprego e criando renda, beneficiando assim, parte da população que se beneficia direta ou indiretamente dele.

Palavras-chave: Crédito, Microcrédito, Micro e pequena empresa, Sistema financeiro.

Área do Conhecimento: VI – Ciências Sociais Aplicadas.

Introdução

As dificuldades econômico-sociais geradas pelas modificações que vêm se verificando no mundo do trabalho, com o deslocamento para a informalidade de crescentes contingentes de trabalhadores que, encontra-se em permanente situação de vulnerabilidade econômica e social, têm feito crescer o reconhecimento da importância de serem desenvolvidos mecanismos de acesso ao crédito. Dessa forma, podem tornar-se viáveis projetos produtivos que venham a garantir aos que possuem pequenos negócios uma qualidade de vida compatível com os padrões de cidadania desejados por todos.

O crédito, que poderia ser o instrumento estimulador para participação na economia, não se encontra acessível ao pequeno empreendedor que não consegue participar dos modelos formais do sistema financeiro, em razão do custo elevado de operações de crédito muito pequenas, as quais comprometem a relação custo-benefício das operadoras.

E, por meio do chamado de microcrédito que se constitui-se em uma nova tendência mundial, se configura como uma política de desenvolvimento abrangendo questões de natureza social, econômica, legal, financeira e institucional, na medida em que possibilita o acesso ao crédito a pequenos empreendedores, sem as exigências e burocracias do sistema financeiro convencional que terminam por excluí-los do processo.

Materiais e Métodos

Para realização deste trabalho realizou-se pesquisa bibliográfica exploratória sobre o microcrédito como importante estratégia das políticas de desenvolvimento para as micros e pequenas empresas.

Definição de Microcrédito

A conceituação do microcrédito tem efetivamente diversas particularidades pelas quais

pode ser definido como um instrumento financeiro que se caracteriza por empréstimos de valores para os micro e pequenos empreendedores de baixa renda, que vivem, em geral, na economia informal e que tem sido desenvolvido para atender as necessidades dos pequenos empreendimentos, levando em conta suas condições econômicas (VARIAN, 1994).

Dessa forma, o microcrédito como uma modalidade de financiamento, busca permitir o acesso dos micro e pequenos empreendedores ao crédito por meio da utilização de metodologia própria voltada ao perfil e às necessidades dos empreendedores, estimulando as atividades produtivas e as relações sociais da população de que participa direta ou indiretamente dele com condições de gerar, ocupação, emprego e renda e, desenvolvimento local (POCHMANN, 2001).

O microcrédito é um crédito destinado à produção, capital de giro e investimento e é concedido com o uso de uma metodologia específica que consiste, primeiramente, na concessão assistida do crédito, em que os Agentes de Crédito vão até o local onde o candidato ao crédito exerce sua atividade produtiva, para avaliar as necessidades e as condições de seu empreendimento, bem como as possibilidades de pagamento. Após a liberação do crédito, esse profissional passa a acompanhar a evolução do negócio.

Operações de Microcrédito

Elas possuem características que, de um modo geral, permitem diferenciar de outras operações financeiras firmadas nos moldes tradicionais de atuação no sistema financeiro. Em particular, tais diferenças operacionais do microcrédito são (SOARES, 2000):

- **Ausência de garantias reais:** adotam-se duas alternativas, adaptadas às possibilidades financeiras do cliente: aval solidário ou fiador/avalista;
- **Agente de Crédito:** é essencial para a concessão do crédito, pois muitas vezes o tomador não possui informações ou conhecimentos técnicos suficientes para que o crédito seja adequadamente utilizado em seu empreendimento.

A estratégia operacional do microcrédito tem como ponto forte à premissa de que as informações para o projeto são coletadas pelos Agentes de Crédito, no próprio local do negócio, compondo um elemento comum a utilização do método do crédito assistido.

Por isso, é de fundamental importância que o crédito seja concedido de forma assistida pelo Agente de Crédito, que por meio de entrevistas

com os tomadores em potencial em seu próprio local de trabalho, buscam diagnosticar a situação financeira do tomador e dimensionar a viabilidade do crédito que será concedido (SOARES, 2000).

O Microcrédito no Brasil

Desde a experiência do *Grameen Bank* em Bangladesh, o microcrédito passou a se difundir por vários países de todo o mundo como importante política de geração de ocupação e renda, com importantes efeitos positivos sobre a pobreza.

O Brasil foi um dos primeiros países no mundo a experimentar o microcrédito para o setor informal urbano. Em 1973, nos municípios de Recife e Salvador, por iniciativa e com assistência técnica da organização não governamental *Accion Internacional*, e com a participação de entidades empresariais e bancos locais, foi criada a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações, conhecida como programa UNO, uma instituição civil sem fins lucrativos com o objetivo de criar um programa de crédito e de capacitação para pequenos empreendedores principalmente os de baixa renda (PERACI, 2001).

Segundo o SEBRAE (2005), o número de operações de microcrédito saltou, no Brasil como um todo, de cerca de 29 mil em 1997 para cerca de 257 mil em 1999, ou seja, incremento de 781% o que representa 197% ao ano. No mesmo período, o valor aplicado cresceu de R\$ 39 milhões para R\$ 198 milhões, representando alta de 400% (quase 125%). O valor médio das operações de crédito ficou em cerca de R\$ 768,00.

Um fator para esse crescimento ocorreu a partir dos problemas econômicos que a economia brasileira apresentou, ou seja, o mais elevado índice de crescimento entre todas as economias existentes. Esse crescimento (cuja fase mais intensa ocorreu entre 1950 e 1980) trouxe diversos efeitos benéficos, mas também conseqüências negativas, como o agravamento das desigualdades econômicas e sociais no país (PERACI, 2001).

Nesse contexto, a importância das microfinanças no Brasil deve ser vista sob a ótica que parte da construção de uma infra-estrutura de serviços financeiros e não financeiros para os micros e pequenos empreendimentos e, mais amplamente, como elemento de uma nova estratégia de desenvolvimento mais equilibrado e sustentável econômica e socialmente.

No Brasil, o microcrédito teve rápido crescimento, principalmente, nos anos de 1990, conforme demonstrado no Gráfico 1.

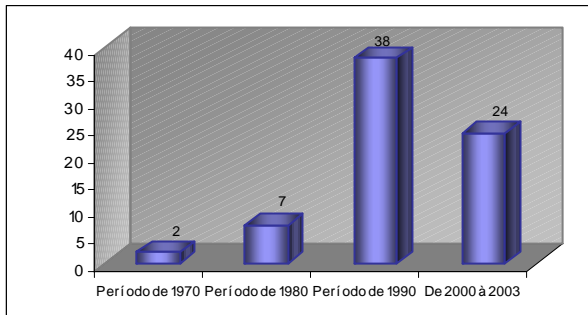


Gráfico 1 - Evolução dos programas de microcrédito
Fonte: SEBRAE (2005)

A expansão do microcrédito no Brasil, segundo Peraci (2001), ocorreu somente a partir de meados da década de 1990, estimulada por um conjunto de fatores, dentre os quais o plano de estabilização monetária, que elevou a demanda por crédito por parte dos micro empreendedores e a ampliação do leque institucional envolvido com o microcrédito, que passa a contar também com a participação de instituições públicas dos três níveis de governo.

A participação de atores governamentais tem ocorrido sob diversas formas, entre as quais Peraci (2001) cita as parcerias entre governos municipais e estaduais e entidades da sociedade civil; programas de microcrédito vinculados a instâncias governamentais ou a bancos estatais; e linhas de financiamento do BNDES voltada para a capitalização de instituições de microcrédito.

Então, emprestar dinheiro, com condições facilitadas de pagamento, taxas de juros bem menores que as usuais e financiamentos a partir de R\$ 200,00 são vantagens que os programas de microcrédito oferecem para os que querem começar ou aumentar um negócio próprio, pois dessa forma, poderão fomentar um setor da economia que movimenta 52,8% da força de trabalho.

A Importância das MPE para a Economia

Uma importante contribuição das micro e pequenas empresas no crescimento e desenvolvimento do País é a de servirem de suporte para amortecer o desemprego, ou seja, é constituído como uma alternativa de ocupação para uma pequena parcela da população que tenha condição de desenvolver seu próprio negócio, e em uma alternativa de emprego formal ou informal, para uma grande parcela da força de trabalho excedente, em geral com pouca qualificação, que não encontra emprego nas empresas de grande porte (SEBRAE, 2005).

Nesse contexto, o financiamento para os micros e pequenos empreendedores formais e

informais se justifica pelos seguintes motivos: grande quantidade de estabelecimentos de pequeno porte; crescimento do setor informal da economia; crescimento do desemprego e dificuldade de acesso ao crédito produtivo.

Assim, os pequenos negócios e a informalidade que despontam como principais alternativas ao desemprego crescente, geram grande demanda por microcréditos no país, um mercado potencial de milhares de pessoas com baixa renda e sem condições e aval para crédito bancário. Além disso, a presença das MPE na economia brasileira é bastante representativa, como demonstrada no Gráfico 2.

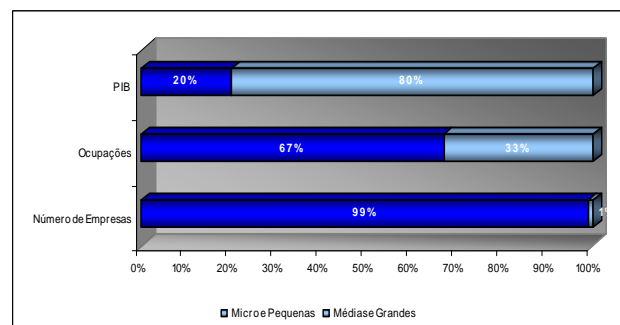


Gráfico 2 - A presença das micro e pequenas empresas na economia brasileira
Fonte: SEBRAE (2005)

O Gráfico 2, demonstra que a presença das MPE na economia brasileira é bastante representativa, isso porque, na economia brasileira, respondem por 99% das empresas existentes e atuantes no mercado, 67% da ocupação de mão-de-obra e 20% do PIB.

Isto se traduz na crescente importância das MPE na economia brasileira, que correspondiam, em 2001, a 99% do total de 5,6 milhões empresas existentes no país, sendo ainda responsáveis por preencher 41,4% dos postos de trabalho.

O microcrédito para as MPE

No início das suas atividades, os micros e pequenos empreendedores, normalmente não precisam de crédito, pois grande parte delas é criada com economias próprias ou com a ajuda recebida de parentes e amigos (FILLION, 2004).

Porém, passada a etapa inicial, as empresas que conseguem certa estabilidade começam a demandar crédito, e, apenas um pequeno percentual desses empreendedores conseguem obtê-lo, porque uma das principais características dessas empresas são as atividades de transformação básica ou de serviços, na qual, as atividades são, em geral, de giro rápido e não possuem demonstrativos financeiros nem bens

que possam ser aceitos como garantias no sistema financeiro tradicional.

A dificuldade de acesso ao crédito no sistema financeiro tradicional, para a constituição de capital de giro, é um dos principais motivos pelo qual boa parte dos empreendimentos de pequeno porte encerra prematuramente suas atividades.

E, dentro desse cenário, o programa de microcrédito pode ser considerado uma alternativa viável de política de financiamento para atender a necessidade de crédito produtivo dos pequenos empreendedores formais e informais, visto que atua exatamente nos setores discriminados pelo sistema financeiro tradicional (FILLION, 2004).

No Brasil, a importância dos financiamentos para os micros e pequenos empreendedores formais e informais se justifica pelos seguintes motivos: grande quantidade de estabelecimentos de pequeno porte; crescimento do setor informal da economia; crescimento do desemprego e dificuldade de acesso ao crédito produtivo.

Assim, os pequenos negócios e a informalidade, que despontam como principais alternativas ao desemprego crescente, geram grande demanda por microcréditos no país; um mercado potencial de milhares de pessoas com baixa renda e sem condições e aval para crédito bancário.

Discussão

O crédito é importante para os pequenos empreendedores, pois são convertidos muitas vezes, em capital de giro, constituindo num dos principais motivos pelo qual, boa parte dos empreendimentos de pequeno porte, acaba por encerrar suas atividades de forma prematura, mas o que ocorre é que, para o sistema financeiro tradicional operar com créditos de pequeno valor, como o capital de giro para esse porte de empresa, muitas vezes gera custos operacionais e financeiros elevados para controlá-los e isso, acaba não compensando liberá-lo. E, devido ao risco existente em qualquer operação de crédito, as instituições que atuam nessa área, dificultam os pedidos, com grandes exigências, muitas vezes incapazes de serem atendidas, principalmente para as MPE que o proprietário não possui comprovante de salário.

Conclusão

Os micro empreendimentos concentram cerca de 75% dos estabelecimentos existentes no país, sendo que, a maior parte se encontra na informalidade, um fato que os excluem do sistema financeiro nacional, porque o custo de operações de crédito muito pequenas é elevado e acaba

comprometendo a relação custo-benefício das operadoras, que precisam manter seus custos operacionais em um patamar que garanta sua sustentabilidade.

Dessa forma, essas instituições se constituem em alternativa válida para suprir o crédito necessário a alavancagem do micro e pequeno empreendedor, pelo fato de serem fonte de recurso adequado para o atendimento das necessidades de crédito dos pequenos empreendedores ao estimular o crescimento dos micro e pequenos negócios; fornecendo recursos para atender prontamente as necessidades de crédito. Sendo estes considerados elementos primordiais e decisivos no processo de desenvolvimento econômico local sustentável, capazes da geração de trabalho e renda.

Nesse contexto, verificou-se que o microcrédito disponibilizado é um importante mecanismo propiciador da viabilidade de recursos aos pequenos e micro negócios do setor formal e informal, ou seja, é uma alternativa financeira que promove a inclusão no sistema financeiro tradicional do pequeno empreendedor proporcionando melhorias na estrutura financeira e estrutural do negócio, gerando emprego e criando renda, beneficiando assim, parte da população que se beneficia direta ou indiretamente, refletindo no favorecendo o desenvolvimento local.

Referência

FILLION, L. J. **Diferenças entre sistemas gerenciais e empreendedores e operadores de pequenos negócios.** In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: FGV, out.-dez./2004. v 39.

PERACI, A. S. **Pobreza rural, micro financiamento e construção da cidadania.** In: Revista Contexto Rural. Curitiba: DESER, 2001. n. 1 Ano 1.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização: a nova ordem internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu.** São Paulo: Boitempo, 2001.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A MICRO E PEQUENA EMPRESA (SEBRAE). **Microcrédito.** São Paulo, 2005. <<http://www.sebraesp.org.br/>>

SOARES, M. M. **Microcrédito.** Brasília: BACEN, 2000.

VARIAN, H. **Microeconomia: princípios básicos.** Rio de Janeiro: Campus, 1994.